

Escândalo das casas debatido por deputados

BRASILIA — O ex-presidente do Instituto de Previdência do Congresso (IPC), deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), está sendo acusado pela diretoria do órgão de ter desviado recursos no valor aproximado de dez milhões de dólares, para a construção de casas de praia em Búzios, no litoral do Rio, e ter autorizado por conta própria aplicações financeiras com dinheiro do Instituto. As acusações revoltaram muitos dos colegas do deputado, que se revezaram na tribuna da Câmara, ontem à tarde, para pedir até mesmo a cassação de seu mandato. Às 19h30, Gustavo de Faria divulgou carta respondendo às acusações, divulgadas ontem pela Folha de S. Paulo em reportagem na 4ª página e nota assinada por Gilberto Dimenstein, na 2ª.

Na carta, que prometeu ler ainda hoje na tribuna da Câmara, o deputado alega que os artigos contêm "erros de fato e equívocos de interpretação", além de "incorrções no enquadramento jurídico" desses mesmos fatos, e detalha todas as operações, pedindo o direito de ser ouvido, a fim de evitar que uma "operação regular, absolutamente legal e altamente conveniente ao IPC" seja "usada a serviço de inimigos políticos" do deputado.

O primeiro deputado a pedir a cassação do mandato de Faria ao corregedor da Câmara foi Osvaldo Macedo (PMDB-PR). A deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) pediu uma CPI para investigar as denúncias, confirmadas ontem pelo atual presidente do IPC, senador Ruy Baçelar (PMDB-BA).

Segundo a denúncia, confirmada com documentação levantada por auditores da Câmara e do Senado, as verbas foram desviadas através da firma "Rural e Colonização S/A", de propriedade do deputado, por meio da compra de debêntures que serão resgatadas em 1992. A operação não foi comunicada ao conselho consultivo, e todos os documentos com empresas e bancos tiveram a assinatura apenas de Gustavo de Faria. O novo Conselho do IPC que, por vir também o ex-vice-presidente, senador Odacir Soares (PFL-RO), e o tesoureiro, senador João Lobo (PFL-PI).

A deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP), ao pedir a instalação imediata de uma comissão especial de inquérito, afirmou, da tribuna e em nome da liderança do partido, que o desvio promovido pelo deputado Gustavo de Faria pode ser superior aos anunciados dez milhões de dólares e atingir até 50 milhões de dólares.

O deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) disse concordar com a cassação de Gustavo de Faria, proposta por Osvaldo Macedo, e foi mais adiante, propondo ao presidente da Mesa da Câmara, Wilson Campos, que convoque a diretoria do Banco Econômico, instituição financeira que, segundo as denúncias, teria facilitado todas as transações feitas por Gustavo de Faria sem conhecimento do conselho consultivo do IPC.

PEQUENOS ANÚNCIOS